



33126558

08004.000173/2025-66



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (33126623)

Data	26/08/2025	
Local	MJSP - 3º ANDAR sala 304	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	David de Lima Freitas	SPO
2	Fabiana Vieira de Queiroz	SENAJUS
3	Andreia Primo Olivo	SENAPPEN
4	Ludimila Gomes de Amorim Mota	PF
5	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF
6	Genivaldo dos Santos Costa	SENASA
7	Denise de Carvalho Pires Fulton	SENAD
8	Pedro Henrique de Moraes Cicero	SAJU
9	Michelle Catyana Mota Lira	ANDP
10	Mariane Cortat	ANDP
11	Ediane da Assis Bastos	SEDIGI
12	Glauberto Antonio Rodrigues Alves	CGOF/SPO/SE
13	Adenísio Alvaro de Souza	AECI
14	Nathalie Fragoso e Silva Bastos	SEDIGI
15	Glauberto Antonio Rodrigues Alves	CGOF/SPO/SE
16	Eduardo de Araújo Nepomuceno	SEDIGI

17	Anny Cavalcante	PF
18	Isabelle Porfírio Rosa	PF

Pauta da reunião (33126611)	1. Governança em Ação; 2. Monitoramento das Políticas Públicas; 3. Informações Gerias; e 4. Encaminhamentos.
--	---

1. A reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE foi iniciada pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Coordenador da Comissão, Sr. David Freitas, que cumprimentou os presentes e destacou a regularidade e o cumprimento do calendário de reuniões da Comissão ao longo do ano de 2025, ressaltando tratar-se de importante avanço institucional, uma vez que 100% do calendário foi cumprido até o momento.
2. A primeira parte da reunião concentrou-se na apresentação da iniciativa “Governança em Ação”, ocasião em que foi apresentado o modelo de gestão de custos do Ministério, ressaltando a busca por boas práticas e a importância de incentivar a reflexão nas unidades, para melhorar a gestão e qualificar as políticas públicas. Ainda, o Subsecretário destacou que o Ministério foi premiado, obtendo o primeiro lugar no ranking de qualidade de informação de custos em 2023 e o terceiro lugar em 2024. Informou-se, ainda, que o modelo é embasado na Cadeia de Valor do MJSP, que compreende 7 cadeias (6 finalísticas e 1 de suporte), 26 macroprocessos e 122 processos (sendo 55 estratégicos). Por meio dele, é possível a apuração de custos por processo, macroprocesso e cadeia.
3. Posteriormente, o Subsecretário apresentou o Painel de Custos, ferramenta que objetiva tornar os processos mais eficientes, oferecendo recortes por macroprocesso, grupo de apuração e entrega à sociedade, além de permitir a comparação do custo de um processo mês a mês. Destacou também que os custos são vinculados aos programas orçamentários e às ações do Plano Plurianual, o que os conecta diretamente às políticas públicas. Nesse contexto, o Sr. David Freitas tratou sobre a medida “economicidade”, apresentando análise de custo administrativo (água, esgoto, energia elétrica, cópia, cozinha, telefonia, apoio administrativo, limpeza e vigilância) e de custo pessoal, fomentando a análise do comportamento dessas despesas por unidade ao longo do ano de 2024.
4. Em seguida, o Sr. Eduardo Nepomuceno, Coordenador-Geral de Políticas de Classificação Indicativa da Secretaria Nacional de Direitos Digitais - SEDIGI, iniciou a apresentação de monitoramento da Secretaria. O Coordenador-Geral esclareceu que a Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos, desenvolvida pela SEDIGI, integra o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e se vincula à Cadeia de Valor de “Proteção e Garantia dos Direitos do Cidadão” e ao macroprocesso de “Garantia do Direito da Criança e do Adolescente”. O processo associado é o de “Gerir a Política de Classificação Indicativa para Obras Audiovisuais”.
5. O Coordenador-Geral detalhou os diversos segmentos nos quais a SEDIGI atua, informando que as análises são feitas previamente à disponibilização para o público, destacando que a meta de obras analisadas é cumprida em sua totalidade há 10 anos. Incluiu, ainda, que até julho deste ano, foram realizados 1.274 processos e elaborados 4.352 relatórios. No âmbito do orçamento, foi informado que o valor inicial de R\$ 452 mil foi reajustado para R\$ 432 mil devido a contingenciamento, mas que o planejamento inicial de gastos era de R\$ 350 mil. Ao final da apresentação, o Sr. Nepomuceno tratou da reestruturação em andamento, que inclui o desenvolvimento de um aplicativo de inteligência artificial, com custo estimado em R\$ 85 mil, com entrega prevista para novembro deste ano, em parceria com as empresas Rocha e Microsoft; a realização de 3 viagens para capacitação; da aquisição de 19 computadores com melhor capacidade de renderização de áudio e vídeo; e da contratação de serviços gráficos para publicação do novo guia.
6. Seguindo para a próxima apresentação, a Sra. Anny Cavalcante, Delegada da Polícia Federal - PF e gestora estratégica da Diretoria de Polícia Administrativa, iniciou a explanação do monitoramento da Política de Polícia Administrativa. A Delegada destacou que as atividades da Diretoria se referem a direção, planejamento e controle da política marítima, portuária, aeroportuária e de fronteira; assim como o controle e fiscalização de segurança privada,

produtos químicos e armas de fogo, controle migratório, registro e emissão de documentos de identificação, entre outros. Foi enfatizado o aumento significativo no controle e fiscalização de armas de fogo após a temática deixar de ser competência do Exército e passar a ser atribuição da PF. A nova fiscalização adiciona cerca de 960 mil registros ao escopo da PF, totalizando aproximadamente 80 mil processos mensais.

7. No âmbito dos projetos estratégicos, a Sra. Cavalcante apresentou o Sistema Automatizado de Identificação Biométrica - ABIS Nacional, que visa unificar e ampliar a base de dados biométricos do Brasil, para identificar indivíduos de forma rápida, precisa e escalável. Informou, ainda, que a meta inicial de 50 milhões de cadastros já foi alcançada, e que o objetivo atual é expandir esse número para 200 milhões ou mais. Em relação aos impactos do projeto foram destacados a redução de fraudes, agilidade na identificação e o fortalecimento da segurança pública.
8. Quanto aos indicadores de monitoramento, a Delegada informou a disponibilidade imediata para agendamento eletrônico de passaporte (média de 3 dias, considerada uma das melhores do mundo), o percentual de empresas de produtos químicos fiscalizadas (superou a meta estabelecida), o percentual de empresas de segurança privada vistoriadas (tem superado a meta prevista nos últimos 3 anos), e o tempo médio de análise de requerimento de porte de arma de fogo (tem superado a meta prevista nos últimos 3 anos). Em relação ao orçamento, foi mencionada uma ampliação de R\$ 295 milhões para a Polícia Federal, sendo R\$ 212 milhões destinados à manutenção de passaportes e R\$ 75 milhões para operações ambientais (Operação Freire e Operação Damas), além de R\$ 20 milhões para cumprimento da ADPF nº 635.
9. Após as apresentações, o Subsecretário tratou dos informes e encaminhamentos da reunião. Destacou o andamento da [Estratégia Brasil 2050](#) - EB-2050, com destaque para o Eixo 1 “Desenvolvimento social e garantia de direitos”, apresentando os Objetivos Nacionais de Longo Prazo e Orientações Estratégicas, que estão relacionadas com as temáticas de atuação do Ministério. Foi informado também que este trabalho vem sendo tratado no âmbito do processo SEI nº 08000.031320/2024-07 e que se encontra em fase de validação dos indicadores que irão compor a EB-2050 com expectativa de ser validada pelo Presidente da República em setembro de 2025. Os indicadores propostos que precisam ter metas definidas são os: “Taxa de homicídios por 100 mil habitantes”, “Taxa de homicídios de jovens negros” e “Taxa de feminicídio por 100 mil mulheres”.
10. Quanto ao Plano Plurianual, tratou-se do balanço preliminar do 1º semestre. No Programa de Segurança Pública com Cidadania, 21% das metas anuais foram alcançadas, o que representa 10 indicadores; 46% atingiram mais de 50% de execução; 16% ainda não chegaram a esse patamar; e 17% estão sem dados ou sem execução. Já no Programa de Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos, 42% das metas anuais foram superadas, 29% atingiram mais de 50%, 23% ficaram abaixo desse percentual e 6% não apresentaram dados ou execução.
11. Por fim, foi tratado o processo de elaboração de Mensagem Presidencial, cujo prazo de envio das informações será até 5 de setembro de 2025 e vem sendo tratado por meio do processo SEI nº 08084.004144/2025-21.

ENCAMINHAMENTOS:

Próxima reunião:

- 30/09/2025, às 15h, sala 304, Edifício Sede.
- Apresentações de monitoramento:
 - SENAPPEN: Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade;
 - CADE: Política de Defesa da Concorrência.

Ao final, o Coordenador da CT-CGE agradeceu a participação dos membros da Comissão e reforçou os compromissos assumidos durante a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Genivaldo dos Santos Costa, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 25/09/2025, às 12:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Moraes Cicero, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça**, em 25/09/2025, às 16:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Glauberto Antonio Rodrigues Alves, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 25/09/2025, às 17:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, Coordenador(a)-Geral de Processos de Controle**, em 26/09/2025, às 15:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Prima Olivo, Chefe da Divisão de Estratégia e Políticas Públicas**, em 29/09/2025, às 08:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA VIEIRA DE QUEIROZ, Gerente de Projeto**, em 29/09/2025, às 12:56, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mariane, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 14:29, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE CARVALHO PIRES FULTON, Coordenador(a) Administrativo(a)**, em 30/09/2025, às 09:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Santos Pereira Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 01/10/2025, às 15:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 03/10/2025, às 19:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33126558** e o código CRC **27F4B2A8**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.